

Sumário

Prefácio	1
Apresentação	3
Introdução	5
1. Estado Fiscal e Equilíbrio Orçamentário	17
1.1. A evolução histórica do Estado até se tornar fiscal, financeiro e tributário	17
1.2. Direitos e deveres fundamentais e o equilíbrio orçamentário.....	21
1.3. Princípio da subsidiariedade e políticas públicas	23
2. Gasto Tributário e Política Pública	29
2.1. A importância da mensuração dos gastos tributários.....	29
2.2. Benefício, Incentivo e Gasto: conceitos	36
2.2.1. Benefícios fiscais.....	40
2.2.2. Benefícios tributários	41
2.2.3. Benefícios financeiros e benefícios creditícios.....	45
2.2.4. Gasto tributário.....	46
2.3. Gasto tributário como política pública	48
2.4. A governança dos gastos tributários e a legislação brasileira.....	52
2.4.1. A importância da governança no manejo de recursos públicos	52
2.4.2. Ciclo de governança: políticas públicas	55
2.4.3. Governança de gastos tributários / incentivos fiscais.....	66
2.5. O equilíbrio orçamentário e a sustentabilidade financeira à luz da equidade intertemporal e intergeracional no recorte dos gastos tributários	87

3. Federalismo Fiscal e ICMS.....	99
3.1. A construção da conjuntura de guerra fiscal no histórico brasileiro – do ICM à Constituição de 1988	99
3.2. Federalismo cooperativo, a importância do ICMS nas finanças estaduais e a guerra fiscal.....	104
3.3. Requisitos constitucionais e legais para concessão de benefícios de ICMS e a insegurança jurídica promovida pela concessão unilateral, irracional e inconstitucional de benefícios fiscais.....	109
3.4. A “convalidação de incentivos fiscais” de ICMS como proposta solucionadora para a guerra fiscal	118
3.4.1. A edição da LC nº 160/2017 e o Convênio nº 190/2017.....	118
3.4.2. A “liturgia da convalidação”	121
4. A Governança dos Gastos Tributários no Estado do Rio de Janeiro.....	129
4.1. O contexto financeiro e econômico do Estado do Rio de Janeiro – Breve histórico da crise que deu origem à decretação do “Estado de Calamidade Financeira” em 2016.....	129
4.2. As auditorias do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro realizadas sobre as condições de concessão e ampliação de benefícios fiscais.....	133
4.2.1. A competência das Cortes de Contas.....	133
4.2.2. Auditorias governamentais do TCE-RJ.....	135
4.2.3. Como decorreram as auditorias	139
4.2.3.1. Os Achados de Auditoria - Consolidação	145
4.3. A ação civil pública promovida pelo Ministério Público Estadual e os impactos da suspensão da concessão de benefícios no Estado do Rio de Janeiro	152
4.3.1. A Ação Civil Pública que discutiu a política de incentivos fiscais do Estado do Rio de Janeiro.....	152
4.3.2. Impactos no Rio de Janeiro	157

4.4. Os passos dados pelo Estado do Rio de Janeiro em direção à governança dos incentivos fiscais	163
4.4.1. Construção de uma “norma geral de incentivos fiscais” no Estado do Rio de Janeiro.....	163
4.4.2. Avanços na etapa ex ante	172
4.4.3. Avanços na etapa ex post	187
Conclusão	199
Bibliografia.....	207
Anexos	239